

CARTA 05/2024.

CARTA AO MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, RICARDO LEWANDOWSKI.

E-MAIL: CHEFIADEGABINETE@MJ.GOV.BR / AGENDA.MINISTRO@MJ.GOV.BR

CEP 70064-900 - BRASÍLIA – DF



Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública,

Nós, representantes Mbya Guarani da Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, no município de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo, dirigimo-nos a Vossa Excelência com respeito e urgência para solicitar a assinatura da Portaria Declaratória referente à nossa Terra Indígena, cuja documentação já se encontra em sua mesa e que segundo a Nota Técnica Nº 5/2023/CDTI/CGAPP/SAJU/MJ, não há nenhum impeditivo para a tão sonhada emissão da mesma. A área de ocupação tradicional indígena, com cerca de 5.420ha de Mata Atlântica preservada e perímetro aproximado de 36 km, foi devidamente reconhecida pela FUNAI, através do Despacho nº 529, de 22 de abril de 2013 (Processo SEI 28870.001819-1983-11), que ratifica nossa ancestralidade e presença permanente e contínua nesse território.

A assinatura dessa portaria representa mais do que um ato administrativo: trata-se de um compromisso com a justiça, a dignidade e os direitos dos Povos Originários, conforme o estabelecido no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, no Decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996 e nos Acordos e Convenções Internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção 169 da OIT.

Além disso, a Portaria Declaratória é fundamental para a preservação ambiental do nosso território, que está sob constante ameaça da especulação imobiliária e de ocupações desordenadas. Nosso território possui atualmente 03 aldeias (Jaexaá Porã, no sertão do Promirim, Yakã Porã, no sertão de Itamambuca e Akaray Mirim, no sertão do Puruba), totalizando uma população de aproximadamente 300 indígenas, composto por 75 famílias que necessitam dessa regularização fundiária para garantia de seus direitos fundamentais e etnodesenvolvimento. A proteção de nossas



terras é também a preservação da rica biodiversidade da Mata Atlântica, bioma crucial para o equilíbrio ecológico de toda a região. Terras Indígenas preservadas são grandes aliadas no enfrentamento das mudanças climáticas, pois protegem ecossistemas essenciais para a mitigação de seus impactos e são fundamentais para a adaptação a esse novo cenário climático.

Vossa Excelência, como Ministro da Justiça e Segurança Pública de um governo que se comprometeu a atuar em defesa dos direitos humanos e da justiça social, tem agora a oportunidade de demonstrar uma postura firme e histórica ao lado dos Povos Indígenas. A assinatura dessa portaria declaratória é um passo fundamental para garantir nossa sobrevivência, proteção territorial e continuidade cultural, bem como a integridade ambiental de nossa terra, reconhecendo a legitimidade de nossas lutas e demandas.

Certos de sua sensibilidade e compromisso, aguardamos com esperança a pronta manifestação de Vossa Excelência, estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários e esperamos contar com sua ação decisiva em favor de nosso direito ancestral.

Respeitosamente, todos os abaixo-assinados,

Adriana de Lima da Silva
Presidenta Tembiguai

Marcos dos Santos
Cacique TI Boa Vista

Ana Carolina Santos Guimarães
Assessora Tembiguai